

## Melhor Ambiente Urbano - O sentimento partilhado de uma necessidade colectiva

---

*Antes muitas coisas foram transformadas.  
Eu não sei bem como.  
Mas agora, e perante mim,  
perante ti, espectador,  
não estamos nós sem acção?*

Rainer Maria Rilke

Num momento em que as sociedades industriais e democráticas chegam a uma fase crucial da sua evolução, na qual o paradigma de desenvolvimento durável constitui uma mudança radical de perspectiva, a cidade, outrora símbolo de cultura, de trocas, de modernidade, de rapidez de acessos, de bem estar, etc. é invadida por um discurso que a associa, com conotações pejorativas, ao barulho, poluição atmosférica, engarrafamentos, insegurança, publicidade comercial, excesso de betão, urbanismo anárquico...

Se por um lado cresce a ideia de que a cidade não tem muito a oferecer, por outro, o envolvimento imediato é hoje chamado a exercer funções diferentes das que foram previstas pelos planificadores e pelas autoridades administrativas. A conservação dum micro-envolvimento natural no espaço de habitação está, portanto, estreitamente ligado a um novo processo de desenvolvimento que, à escala local, passa pela intervenção em meio urbano.

Pensar a cidade é pensar o seu ordenamento, tendo em conta uma necessária política de interesse colectivo, em termos de desenvolvimento durável - quer dizer economicamente viável, socialmente aceitável e respeitador do ambiente.

Relativamente às questões ambientais, a cidade, e mais particularmente as grandes cidades, encerram em si uma série de patologias sociais e ambientais que devem ser diagnosticadas e correctamente tratadas.

A emergência desta problemática ambiental na vida das cidades encontra, nos dias de hoje, a sua emblemática razão de ser nos projectos de reconquista dos espaços verdes e azuis, em meio urbano e nas regiões metropolitanas, dando origem à noção de cidades mais ou menos verdes e azuis dependendo da quantidade de espaços nela produzidos e da qualidade dos equipamentos neles edificados. Esta noção passa pela planificação de uma rede de espaços abertos de sociabilização e de comunicação, associados, em especial, à libertação de vastas superfícies de terrenos hoje desactivados e outrora ligados ao contexto da revolução industrial.

A produção e conservação de pequenos e grandes espaços livres e abertos, como parques de vizinhança, grandes parques, caminhos e corredores verdes, espaços aquáticos, praças, etc., enquanto lugares de circulação e de reencontro com funções destinadas a actividades como o lazer, o jogo, o desporto ou o repouso, aparecem pois, cada vez mais, como elementos constitutivos da qualidade de vida e da sociabilização em meio urbano. A implementação da natureza ao lado do lugar de habitação oferece a possibilidade de tornar a vida na cidade mais viável e de revitalizar socialmente o espaço urbano.

É neste contexto que a concepção das relações entre a cidade e o seu envolvimento está lentamente a mudar, mais numas cidades do que noutras, independentemente da insuficiência dos espaços ambientais continuarem ainda a constituir um fenómeno frequentemente negligenciado pelos condutores das políticas locais. Nem sempre as autarquias atribuem à produção ou à conservação dos espaços livres e abertos uma representação social, ecológica, recreacional, estética ou mesmo estratégica.

Num período em que a concepção de desenvolvimento durável aplicado à cidade é de enorme importância para o seu equilíbrio e para qualidade de vida dos seus habitantes, este domínio continua a ser frequentemente percepcionado, pelo poder de decisão local, como um peso pesado de elevados custos monetários. Mas se é uma constante dos dias de hoje que os custos com a cidade, e em particular com a melhoria do quadro de vida dos cidadãos, é cada vez maior, é necessário proceder às arbitragens, isto é, chamar todos os actores a intervir e a

participar, em especial na discussão das estratégias e dos meios para evoluir neste quadro.

É necessário que as autarquias partilhem com os restantes actores a discussão das prioridades no tempo e no espaço, fixem os limites, definam os objectivos e criem as estratégias para os atingir. Para o fazer, falta a formação, a informação, o debate e obviamente uma reflexão de toda a "sociedade urbana", com a respectiva responsabilização de todos os seus intervenientes.

Até lá, resta aos actores, individuais ou colectivos, e em especial aos habitantes da cidade, continuarem a perseguir uma imagem e uma esperança; o desejo que as opções políticas para a sua cidade, em matéria de ambiente, visem agir, tão rápido quanto possível, sobre o seu quadro de vida para desta forma defender ou melhorar a sua qualidade.

**António Mendes Lopes**

Centro Estudos Geográficos /Universidade de Lisboa  
Instituto Politécnico de Setúbal